

Rombo do FCVS fará dívida crescer mais em 97

Socorro aos bancos, juros altos, capitalização do Banco do Brasil e acúmulo de reservas internacionais foram os principais fatores que fizeram a dívida interna federal explodir, segundo o coordenador de Política Monetária do Ministério da Fazenda, Mansueto Facundo de Almeida Júnior. A partir do próximo ano, esses problemas não terão mais o mesmo impacto sobre a dívida, acredita ele, porque o grosso de liberação de recursos para fusões de bancos já foi feito, a taxa de juros, que no ano passado ficou em 53%, deve cair para 26% neste ano, com nova queda em 1997, e

o Governo não precisará mais acumular reservas.

Os R\$ 8,5 bilhões injetados no Banco do Brasil já foram incluídos nas contas da dívida pública. No entanto, em 97, a dívida sofrerá novo aumento para solucionar o rombo do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), cujos valores variam de R\$ 6,5 bilhões a R\$ 17 bilhões. Será, segundo Almeida Júnior, a última grande dívida que restava ao Governo reconhecer.

Descompasso - O saneamento dos bancos estaduais, segundo ele, não aumentará a dívida pública. Serão emi-

tidos títulos do Tesouro, mas os Estados ficarão devendo ao Tesouro o valor correspondente. Além disso, no ano passado o Brasil acumulou US\$ 10 bilhões em reservas, neste ano deve acumular mais cerca de US\$ 7 bilhões e em 1997 não precisará de aumentar as reservas, argumenta Almeida Júnior. O acúmulo de reservas, segundo o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), é apresentado pelo Governo como uma grande vantagem, quando na verdade é um péssimo negócio para o País.

As reservas internacionais, lembra o senador, são aplicadas em outros países,

que pagam juros de 6% ao ano. Mas para acumular reservas, o Governo brasileiro tem que emitir títulos e captar recursos no mercado interno com juros de 26%. "É uma política absurda, é como tirar dinheiro no cheque especial, com juros de 8% ao mês, para aplicar na poupança, que rende cerca de 1%", afirma.

Esse descompasso entre o que o Brasil recebe e o que paga de juros provoca um forte aumento da dívida pública. Dutra afirma que não tem sentido o Estado se desfazer do patrimônio para pagar esses juros. (G.L.E.)